

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Amazônia sob Bolsonaro.....	2
VEÍCULO: O Globo.....	5
Título: O olho do dono engorda.....	5
Título: Avanço árabe	6
Título: Contas de água e luz não refletem consumo.....	6

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 05/07/2020****Seção: Especial****Autor: Fabiano Maisonnave e Lalo de Almeida****Título: Amazônia sob Bolsonaro**

Na maior jazida de nióbio do mundo, índios querem decidir

Sem esperança em mineração, devido aos vetos e à falta de mercado do minério pelo qual Bolsonaro é obcecado, indígenas de Seis Lagos (AM) sonham com turismo e reclamam de estrada

No mapa, São Gabriel da Cachoeira (AM), a 2h20 de voo de Manaus, é um ponto verde na floresta amazônica. Para quem vive na região, trata-se do epicentro de um município de tamanho comparável à Inglaterra, onde habitam 23 povos indígenas. A dezenas de quilômetros da cidade, está o maior depósito mundial de nióbio, o mineral que se tornou uma obsessão para o presidente Jair Bolsonaro.

São 2,9 bilhões de toneladas no subsolo, nunca explorados. Sobre a jazida, montanhas, formações rochosas de diversos formatos, orquídeas e lagoas de diferentes cores formam uma das regiões mais singulares da Amazônia, distante da infinita planície verde associada à região.

Antes do início da pandemia de Covid-19, a reportagem da Folha visitou o local, conhecido como Seis Lagos, guiada por moradores da Terra Indígena (TI) Balaio. As comunidades ali debatem se a região tem mais vocação para o turismo ou para a mineração, embora estejam mais preocupados com seu quase isolamento devido ao péssimo estado de conservação da BR-307, a rodovia de acesso.

“Uns têm os olhos pra trabalhar no minério, mas, se for ver bem, é muito complexo de trabalhar. Outros veem com potencial de trabalhar com etnoturismo e ecoturismo”, diz o agente de saúde indígena André Veloso, 32, que acompanhou a reportagem, sobre a opinião dos 350 moradores da TI, de diversos povos.

De novo, o mapa pode ser enganoso. A distância de São Gabriel até a comunidade Ya-Mirim, que dá acesso a Seis Lagos, conta apenas 85 km, via BR-307, cruzando a linha do Equador. Na prática, a rodovia federal é um corredor de lama, por onde só passam Toyota Bandeirantes. A reportagem percorreu o trecho em 4h30, numa velocidade de 19km/h. O preço: R\$ 2.000, ida e volta.

Após chegar à comunidade, foi preciso subir o igarapé com o mesmo nome por cerca de 2h. Depois, 4h de caminhada montanha acima. A primeira lagoa, de águas verdes, aparece no fundo de um vale.

A reportagem acampou por uma noite à beira do lago do Dragão, cercado por rochas pontiagudas de cor terrosa e uma floresta de média estatura e arbustos, alguns com flores. A neblina é comum.

A exploração do nióbio em Seis Lagos tem dois obstáculos quase intransponíveis. Pela legislação, Seis Lagos está fora do alcance da mineração. O local está incluído em três áreas protegidas e sobrepostas: além da TI Balaio, a área pertence ao Parque Nacional Serra da Neblina e à Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos, esta do governo do Amazonas. Nenhuma dessas categorias permite a atividade.

Outro impeditivo à exploração do nióbio amazônico está na demanda. As projeções são unânimes em afirmar que as reservas atualmente em exploração têm capacidade para atender ao mercado mundial durante várias décadas.

O Brasil já é o principal produtor mundial, com 88% do total, segundo o Serviço Geológico dos EUA. A maior parte do nióbio vem da CBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração), sob controle da família sócia do Itaú Unibanco, localizada em Araxá (MG). A empresa estima ter reservas para produzir por pelo menos dois séculos.

“Não existe interesse de mineradoras no Morro de Seis Lagos”, afirma o geólogo Tadeu Veiga. Professor voluntário da UnB, ele esteve na região em 1997, representando uma empresa de mineração. À época, a CPRM (Serviço Geológico do Brasil) tinha a intenção de licitar os direitos minerários, mas os planos nunca foram adiante.

Apesar da falta de mercado, Bolsonaro usa o nióbio como justifica para abrir a mineração em terras indígenas —a atividade está permitida pela Constituição, desde que regulamentada e após consulta prévia aos povos afetados.

Em 2016, quando se preparava para a campanha presidencial, Bolsonaro produziu um vídeo sobre o nióbio, gravado em Araxá. Com um pedaço de mineral nas mãos, disse: “Isto pode nos dar independência econômica.” Em outro trecho, menciona a demarcação de terras indígenas como uma barreira à exploração.

A falsa noção de que o nióbio é a panaceia para a economia brasileira tem origem no líder ultranacionalista Enéas Carneiro, cujas ideias influenciam o bolsonarismo.

Em fevereiro, Bolsonaro enviou ao Congresso um projeto de lei sobre a abertura de terras indígenas para mineração. A proposta, criticada pela maior parte do movimento indígena, prevê que os povos afetados terão poder de veto em caso de garimpos, mas não de grandes projetos.

Ao justificar o projeto à época, Bolsonaro disse que “[o indígena] tem coração, tem sentimento, tem alma, tem necessidade e tem desejos e é tão brasileiro quanto nós”.

A promessa de legalização tem estimulado a invasão de garimpeiros, aliada à orientação de Bolsonaro para frear operações do Ibama. Em abril, dois coordenadores de fiscalização do órgão ambiental foram demitidos em represália ao fechamento de garimpos em terras indígenas no Pará.

Impulsionados também com a alta de preço do ouro, os garimpos ilegais crescem nas Tis Raposa/Serra do Sol (RR), Yanomami (RR/AM) e Munduruku (PA), entre outras.

A TI Balaio não tem garimpo, mas é rota de garimpeiros rumo a explorações ilegais de ouro na TI Yanomami e na Venezuela. Para isso, contam com a vista grossa da barreira do Exército na estrada, que não os barra. Quando a reportagem passou ali, os militares parecem apenas preocupados em identificar estrangeiros

As condições precárias da rodovia são um martírio tanto para os indígenas da TI Balaio quanto para os ianomâmis da comunidade Matura-cá, onde vivem 2.100 pessoas. Usando o igarapé Ya-Mirim, que atravessa a comunidade, eles ainda têm de viajar por um dia até chegar a casa.

Os indígenas vão com frequência a São Gabriel da Cachoeira receber o Bolsa Família e outros benefícios, e não raro gastam todo o dinheiro do programa com transporte.

Por causa do preço alto, o frete da Toyota Bandeirantes costuma ser dividido entre famílias. Muitos viajam na carroceira, incluindo criança e idosos. Carros atolados são regra, e não é raro pernoitar na estrada até outro “toyoteiro” fazer o resgate.

Além de moradores e garimpeiros, essa também é a rota para turistas dispostos a subir o Pico da Neblina, o ponto mais alto do Brasil.

O projeto de visitação, autorizado pela Funai e pelo ICM-Bio, seria uma fonte de renda para os ianomâmis de Maturacá e teria início em março, mas a pandemia adiou a abertura.

A experiência dos ianomâmis recepcionando visitantes tem sido acompanhada com atenção na H Balaio. “O mais viável no momento seria o turismo”, afirma o cacique Veloso, do povo desana, ao comparar com a mineração. “Tem vários lugares bonitos. Faltam organização e estrutura.”

O Centro de Comunicação Social do Exército afirmou que está realizando obras de recuperação e conservação por meio de duas operações, a um custo de R\$ 19,2 milhões, para manter a trafegabilidade até a TI Balaio. As obras devem ficar prontas em novembro.

Sobre a política sobre a passagem de garimpeiros pela barreira, a resposta foi de que “não há nenhum tipo de bloqueio realizado pelo Exército Brasileiro na referida BR”. A reportagem mantém a informação de que existe uma barreira, inclusive com um portão.

Com ou sem exploração de nióbio, a mineração tem sido um dos temas mais discutidos entre os indígenas desde pelo menos a década de 1970, quando garimpeiros e mineradores invadiram a região.

Para expulsá-los, os indígenas se organizaram por meio da Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro). Fundada em 1987, pressionou pela demarcação das terras indígenas. Hoje, reúne 90 associações, que representam 700 comunidades.

“Invadiram o nosso território e estávamos sem segurança. Houve matança entre indígenas e os garimpeiros”, afirma o diretor da Foirn Adão Henrique, do povo baré. “Com a força do movimento e da Funai, houve a retirada”.

Contrária à proposta de Bolsonaro, a Foirn nunca foi procurada para discutir mineração pelo governo federal, segundo Henrique. O dirigente diz que a entidade está aberta a conversar sobre o tema.

“Queremos desenvolvimento, mas uma discussão participativa. Tem de ser passo a passo, cumprir a legislação, tanto internacional quanto brasileira. O movimento vai continuar firme contra esse pensamento do governo atual, para não deixar que os povos indígenas do rio Negro sejam prejudicados ou iludidos com projetos que não darão certo.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/07/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: O olho do dono engorda...

A PetroRecôncavo comprou da Petrobras os campos incluídos no Polo Riacho da Forquilha, no Rio Grande do Norte, em dezembro passado. Produziam, à época, 5.800 barris por dia.

Quinta passada, bateu recorde de produção, com 30% a mais do gerado no fim de 2019. Em seis meses, mesmo com o coronavírus, deu para mostrar que o olho do dono engorda o boi.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/07/2020

Seção: Colunas

Autor: Lauro Jardim

Título: Avanço árabe

O Mubadala, o trilionário fundo soberano de Abu Dhabi, fez uma oferta à Petrobras para a compra da Refinaria Landulpho Alves, na Bahia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/07/2020

Seção: Economia

Autor: RAPHAELA RIBAS

Título: Contas de água e luz não refletem consumo

Cobrança pela média dos últimos 12 meses causa distorção nas faturas de pequenos negócios que fecharam as portas, de quem se isolou em casa ou mudou de endereço durante a pandemia. Crédito e pagamento extra preocupam

As contas de luz e de água estão tirando o sono de pequenos empresários, que tiveram que fechar as portas por causa da pandemia de Covid-19, assim como o de muitos brasileiros que se isolarem em casa, coma família, ou se mudaram temporariamente de endereço.

Como muitas contas foram faturadas pela média de consumo dos últimos 12 meses, há casos em que os valores cobrados estão longe de refletir o apagão dos negócios ou os dias de casa fechada durante a quarentena. Por outro lado, quem intensificou suas atividades domésticas se depara agora com a cobrança da diferença do consumo nesses meses de isolamento, acima da média do último ano.

Apesar de ter fechado o restaurante no dia 17 de março, a empresária Natacha Fink recebeu uma conta de luz no valor habitual de R\$ 4.700. A fatura de abril,

quando nenhum equipamento chegou a ser ligado, foi de R\$ 4.400 e a de maio, de cerca de R\$ 4 mil.

— Tentei várias vezes, por telefone, uma solução. Há 15 dias, enviei e-mail dizendo que tinha fechado o restaurante de vez, mas recebi uma resposta automática. Só nesta quarta-feira, a Light me respondeu que corrigiu uma das contas, as demais ainda estão em análise — queixa-se ela.

Já no Bar do Mineiro, em Santa Teresa, o problema é com a fatura da água. O local ficou fechado por 45 dias, mas, segundo o gerente Alexandre Paixão, a conta permaneceu na mesma média de valor. Paixão pagou a conta e vai pedir revisão, mas avalia entrar com ação coletiva contra a Cedae junto com outros estabelecimentos de Santa Teresa.

— Em janeiro, pagamos R\$ 5 mil. Em fevereiro, fechamos alguns dias no carnaval e foi R\$ 4 mil. Em março, quando ficamos metade do tempo fechados, a conta foi R\$ 6.500 e em abril e maio, R\$ 4.470 e R\$ 5.250. Não faz sentido.

Já Joelma Lima Fernandes, moradora de Nova Iguaçu, foi surpreendida com a conta de luz de abril. Apesar de ter passado o mês fora de casa, a fatura veio igual à de março.

— Reclamei com a Light, e disseram que enviariam um marcador para verificar. Estou até hoje esperando — conta Joelma, que já recorreu ao Procon-RJ para tentar uma solução.

CRÉDITO NA FATURA

Como medida de segurança durante a pandemia para funcionários e consumidores, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) liberou as concessionárias do setor a cobrarem com base na média nos 12 meses anteriores ou via autoleitura feita pelo próprio cliente.

Clauber Leite, coordenador do Programa de Energia do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), avalia que o consumidor não foi devidamente informado dos procedimentos e, agora, se surpreende com as cobranças:

— No caso do consumidor residencial, não houve orientação de como fazer a autoleitura. No entanto, ao ser faturado pela média, quem passou esses meses em casa e consumiu mais do que a média, com a volta da leitura está recebendo de uma só vez toda a diferença desse período — explica Leite, que acrescenta: — O contrário aconteceu com o comércio, que estava fechado, ou com quem mudou temporariamente de endereço e, agora, terá direito a crédito na conta pelo consumo menor.

No entanto, caso as cobranças tenham sido feitas em valores acima da média dos últimos 12 meses, trata-se de ilegalidade, alerta Leite:

— Nesse caso, cabe a devolução em dobro do valor cobrado a mais, como estabelece o Código de Defesa do Consumidor.

Light, Enel e Cedae ressaltam que os consumidores podem pedir revisões dos valores e esclarecem que as diferenças, para mais ou para menos, poderão vir nas próximas faturas. Nas cobranças a mais, ainda é possível, em alguns casos, negociar o parcelamento.

Para quem pretende contestar o valor da conta, o Idec orienta a anotar e fotografar o número que aparece no medidor. Dessa forma, o consumidor se documenta para questionamentos futuros e ainda pode comparar com os dados da conta.

— Se as empresas não resolverem, o consumidor pode recorrer ao Procon ou ao portal de intermediação de conflito do governo, o Consumidor.gov.br. A última instância é a Justiça — orienta Leite.

EMPRESAS FAZEM REVISÃO

A Enel foi notificada pelo Procon-SP a justificar a cobrança das contas de março a maio pela média de consumo dos últimos 12 meses. Segundo o órgão, só em junho foram registradas 12.648 reclamações de cobrança abusiva contra a empresa. A Enel Distribuição São Paulo diz que prestará esclarecimentos ao órgão e explica que a diferença, para mais ou para menos, será compensada quando a leitura for efetuada pela distribuidora.

Já no Rio, a Enel afirma que não houve alteração no processo de leitura presencial nem de faturamento do consumo de seus clientes por conta da pandemia.

Light e Cedae também afirmam ter mantido a medição nesse período. A companhia de luz fez ainda aferição remota. Segundo as duas concessionárias, apenas quando o acesso ao medidor está impossibilitado (imóvel fechado ou com o aparelho interno, por exemplo), o faturamento é feito pela média de consumo. Sobre os casos de Natacha e Joelma, a Light informou que, se houver crédito, será devolvido na próxima fatura.

A empresa não esclareceu, no entanto, como seria feito o ressarcimento para Natacha, já que o restaurante foi fechado definitivamente. Neste caso, diz Leite, ela poderá exigir crédito em conta corrente. Em relação ao Bar do Mineiro, a Cedae diz que vai avaliar se cabe revisão e refaturamento das contas. A empresa informa ainda que está parcelando as contas de março em diante.

MME / ASCOM .